



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 26/2021
Adesão à Ata n.º 04/2021

Objeto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 023/2021 – REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2021 - DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA – MATO GROSSO – AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA PARA MANUTENÇÃO DE RUAS E AVENIDAS MUNICIPAIS.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico, os autos de Adesão à Ata de Registro de Preços acima identificado para fornecimento de parecer jurídico acerca do processo licitatório, conforme o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Vieram os documentos necessários à análise, juntamente com pedido de adesão e aceite da empresa cujos preços estão registrados.


Sendo este o sucinto relatório.

FUNDAMENTAÇÃO:

A licitação foi deflagrada a partir de pedido formulado pelo prefeito Martins Dias de Oliveira, com a justificativa de que a aquisição de lama asfáltica, visa a realização de reparos nas vias urbanas, diminuindo desta forma, os riscos de acidentes. Salienta que após o período de chuvas no município o trabalho de recuperação da malha viária é imprescindível.

Cabe ao gestor especificar adequadamente o objeto que está sendo licitado, nos termos do artigo 40, I da Lei de Licitações. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 14, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada. A conjugação dos Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que, juntos, dispõe da mesma forma, ou seja, que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

No caso em tela, ao que se depreende da ATA de REGISTRO DE PREÇOS 23/2021 da Prefeitura de Araputanga/MT o objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de emulsão asfáltica para manutenção de ruas e avenidas municipais, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Obras.

 1



Depreende-se da Ata de Registro de Preços à qual o município de Porto Esperidião pretende aderir que a Prefeitura de Araputanga tem registros a quantia de 400 toneladas de emulsão asfáltica RL 1 C e a prefeitura de Porto Esperidião pretende adquirir na condição de carona a quantia de 100 toneladas. É o que retrata o Ofício n.º 52/2021 anexado aos autos.

Embora o objeto seja conciso e claro, não está anexado o projeto básico informando as ruas e avenidas onde serão aplicados o produto.

O projeto básico deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para identificar as ruas nas quais o produto será aplicado, a metragem que será coberta, de modo que possibilite a quantificação de produtos que será adquirida, nos termos do Art. 7º da Lei 8666/93.

Embora o registro de preços não obrigue a administração adquirir a quantia licitada, as aquisições devem presar pela eficiência da administração e a ausência do projeto básico significa conferir à administração a possibilidade de licitar sem ao menos ter ciência da quantidade que deverá ser comprada.

Ainda é necessário destacar alguns pontos acerca do disciplinamento de adesão às atas de registro de preços, com base na legislação vigente e, também, na jurisprudência sobre o tema.

A previsão legal para a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços se encontra inserida na Lei nº 8.666, de 1993 que, em seu art. 15, estabelece as regras gerais acerca do funcionamento do sistema.

A regulamentação dessa modalidade de contratação é feita pelo Decreto nº 3.931, de 2001, conforme disposto no art. 1º, vejamos:

"Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto neste Decreto".

O registro de preços é um contrato normativo, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratações sucessivas de bens e serviços, respeitados lotes mínimos e outras condições previstas no edital.

Por força ainda do Regulamento admite-se que a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, que não poderá ser superior a um ano, possa ser utilizada, por meio



de adesão, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, in verbis:

"Art. 8º A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas".

Para a adesão na Ata de Registro de Preços é necessário que sejam atendidos os seguintes requisitos:

a) respeito ao prazo de validade do registro e os quantitativos máximos. No caso em tela, o prazo se exaure em fevereiro de 2023.

b) manifestação de interesse do ente que realizou a licitação e do fornecedor, com resposta favorável ao registro.

c) a Administração Pública está obrigada a verificar, na ocasião da contratação, se o preço registrado é compatível com os praticados no mercado. Em relação à vantagem econômica, esta deve ser comprovada para adesão à ata de registro de preços informada, conforme prevê a parte final do art. 8º do Decreto n.º 3.931/2001.

O SRP, pode ser uma opção economicamente viável à Administração, portanto, preferencial em relação às demais e sua escolha deve ser realizada quando o bem ou serviço for de necessidade de compras habituais, quando houver recomendação de contratações frequentes, quando for viável a entrega parcelada, quando não for possível definir previamente a quantidade exata da demanda.

Em relação aos preços de contratação observa-se que estão anexados orçamentos (EMAM, Betunel e Arapetro). Os orçamentos não significam que a administração realizou a ampla pesquisa de preços para justificar vantajosidade à administração com a adesão à ata.



Vale mencionar que a jurisprudência dominante, tanto do TCU quanto do TCE-MT considera que não houve ampla de pesquisa de preços quando existem somente os três orçamentos no processo licitatório.

Neste sentido a jurisprudência do TCE-MT:

“Sem a efetiva demonstração da vantajosidade da contratação, bem como da compatibilidade às reais necessidades do órgão aderente, caracteriza descumprimento às regras e condições estabelecidas na etapa de planejamento da contratação (Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX, c/c o art. 3º, § 1º, e Lei 10.520/2002, art. 3º, inciso II) e com o item 9.3.3 do Acórdão 1233/2012 do TCU – Plenário”;

Verifica-se que se encontram anexados aos autos o pedido e a justificativa da administração para a contratação da prestação de serviços, Ofícios solicitando a permissão e aceite com resposta positiva (EMAM) Ata de Registro de Preços, e documentos de habilitação da fornecedora, estando preenchidos os requisitos legais de habilitação da fornecedora.

Por fim ressaltamos que, para atuar como “carona”, faz-se necessário o atendimento dos seguintes requisitos: a) demonstração da vantajosidade da adesão, em detrimento da realização de um novo procedimento licitatório.

Há que ser demonstrada a vantajosidade da contratação que ainda não resta evidenciada nos autos. O gestor deverá justificar a contratação através do sistema de carona.

Consta dos autos a indicação dos recursos necessários para custear as despesas da contratação, certificando a disponibilidade orçamentária.

Há ainda que ser observada a previsão de uma margem limite para o quantitativo da contratação, deve-se frisar que, caso a quantidade registrada tenha sido totalmente exaurida pelo órgão gerenciador, por ocasião da contratação, fica impossibilitada a adesão. Pois em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/1993, art. 3º, caput), devem gerenciar a ata de forma que a soma dos quantitativos contratados em todos os contratos derivados da ata não supere o quantitativo máximo previsto no edital.

Sobretudo no caso de aquisição de material, onde se corre o risco de empresas serem contratadas sem que tenha a capacidade para a execução do objeto, ou realiza de forma precária.



Ainda cabe salientar que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Relevante não incidir na nefasta prática de aquisição de produtos sem licitação, utilizando-se a Ata de Registro de Preços.

CONCLUSÃO:

Em face ao exposto, o Parecer, com as ressalvas relacionadas ao objeto, a comprovação da vantajosidade, é pelo prosseguimento da licitação, pela adesão à Ata, na condição de carona, cumpridas as ressalvas.

É o parecer que submeto à autoridade superior.

S.M.J.

Porto Esperidião, 05 de abril de 2021.


José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

